

WEBER, Max. Sociologia. São Paulo, Editora Ática; 1999; 7ª Ed. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

Subsídios de Estudo – Professor Sandro Luiz Bazzanella

P. 14 - Período Histórico Progresso	Weber (...) a sua idéia básica de que não é possível encarar um período histórico como se nele estivesse já configurada a época seguinte, seja em termos de “progresso” ou de qualquer noção similar, que pressupunha a presença das mesmas coisas operando ao longo do tempo em diferentes configurações históricas.
P. 15 - Análise comparativa	A análise comparativa não opera, na busca do que seja comum a várias ou a todas as configurações históricas mas, pelo contrário, permitirá trazer à tona o que é <i>peculiar</i> a cada uma delas.
P. 20 - Economia ciência	(...) como ciência empírica, a economia “nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas e ideais de caráter imperativo das quais se pudessem deduzir algumas receitas para a prática”.
P. 21 - Ciên. empírica	(...), “uma ciência empírica não esta apta a ensinar a ninguém aquilo que “deve”, mas sim, apenas aquilo que “pode” e – em certas circunstâncias – aquilo que “quer” fazer”.
P. 22 - Conhecimento científico fenômenos	A tarefa do conhecimento científico consiste na “ordenação racional da realidade empírica”. Ou seja: não se trata de reproduzir em idéias uma ordem objetiva já dada, mas de atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos.
P. 22 - Conhec. real	(...) a validade do conhecimento obtido se mede pelo confronto com o real e não com quaisquer valores ou visões de mundo.
P. 24 - Múltiplas causas	(...), conforme a perspectiva de Weber, não há seqüência causal única e abrangente na História e toda a causa apontada para um determinado fenômeno será uma entre múltiplas outras possíveis e igualmente acessíveis ao conhecimento científico.
P. 25 - determinação	(...) Weber (...) preocupado com refutar a idéia de uma determinação das diversas esferas da vida social pela economia, (...).
P. 27 - Ação social	(...) a ação social não é um ato isolado mas um processo, no qual se percorre uma seqüência definida de elos significativos.
P. 28 - Compreender O sentido da ação	(...) é somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstruir esse processo como um unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente <i>compreender</i> o sentido da ação.
P. 28 - Compreensão encadeamento	(...) a compreensão nada tem a ver com qualquer forma de “intuição” nem se reduz à captação imediata de vivências, mas somente é possível através da reconstrução do encadeamento significativo do processo de ação.
P. 29 - Agente individ.	(...) <i>agente individual (...) é a única entidade em que os sentidos específicos dessas diferentes esferas da ação estão simultaneamente presentes e podem entrar em contato.</i>

P. 29 - subjetividade P. 29 -	Portanto, não existem vínculos “objetivos” entre esferas da ação; só vínculos “subjetivos”, isto é, que passam pelos sujeitos agentes. (...) o nível (...) sociológico da análise requer, (...), conceitos capazes de dar conta tanto dessas regularidades de conduta quanto de fato de que elas tem caráter coletivo, no sentido de que múltiplos indivíduos agem significativamente de maneira análoga.
P. 30 - Ação Social E Relação Social	A diferença entre “ação social” e “relação social” é importante: na primeira a conduta do agente está orientada significativamente pela <i>conduta</i> de outro (outros), ao passo que na segunda a conduta de cada qual entra múltiplos agentes envolvidos (que tanto podem ser apenas dois e em presença direta quanto um grande número e sem contato direto entre si no momento da ação) orienta-se por um <i>conteúdo de sentido</i> reciprocamente partilhado. (...) capaz de reorientar regularmente a ação de cada indivíduo em relação a múltiplos outros possíveis e que portanto se manifesta sempre que as ações correspondentes são realizadas.
	<u>01. AS CAUSAS DO DECLÍNIO DA CULTURA ANTIGA</u>
P. 39 - Antigüidade	Pouco ou nada podemos aprender na história da Antigüidade que sirva para os problemas sociais de hoje.
Pg. 41 – Guerra antiga	A guerra antiga era, por sua vez, caça de escravos, levava constantemente material humano para o mercado de escravos, e desta maneira fomentava o trabalho servil e a acumulação de homens.
P. 41 –	A cultura antiga é uma cultura escravista.
P. 48 - <i>Municipium</i>	A organização administrativa de Roma descansava, no fim da República e início do império, sobre a <i>comunidade urbana, o municipium</i> , como base administrativa, da mesma forma que a cidade era a base econômica da cultura antiga.
P. 49 - Imp. Romano	No império romano nunca existiu – prescindindo de determinadas situações políticas – uma liberdade geral de domiciliar-se sob garantias jurídicas.
P. 50 -	O desenvolvimento da <i>sociedade feudal</i> esta já no ar do Império Romano tardio.
P. 51 - Modo de produção feudal	A satisfação das necessidades do senhor pela divisão do trabalho no <i>Oikos</i> converte-se de modo crescente na meta econômica dominante. As grandes propriedades desligam-se do mercado da cidade. Com a isso a multiplicidade de pequenas e médias cidades perdem o solo que nutre sua economia; vale dizer, a troca de gêneros e de trabalho com o campo circundante.
P. 53 - Feudalismo	(...) diante da decadência da cidade e do comércio e do retorno à economia rural, ficou <i>perdida</i> a possibilidade de cobrar crescentes impostos em <i>dinheiro</i> .
P. 54 - Feudalismo	Da mesma forma que o escravo aquartelado celibatário é substituído pelo lavrador que vive no seio da família, assim também (...) o soldado celibatário, o verdadeiro soldado de acampamento, é substituído pelo soldado profissional por herança, que vive em regime de matrimônio familiar. Também o recrutamento praticado cada vez mais entre os bárbaros tinha por objetivo principal respeitar a força de trabalho da própria terra, sobretudo das grandes propriedades. Por fim, tentou-se suprir a defesa das fronteiras por um procedimento que vai de encontro ao sistema de economia natural: a concessão de terras aos bárbaros em troca de serviço de armas. (...) forma remota predecessora do

	feudo.
P. 54 - Roma	(...) todo o processo último de Roma tendia, como para uma meta, para a <i>constituição feudal do exército</i> , bem como para a organização feudal da sociedade, (...).
P. 55 - Queda	A queda do Império foi a forçosa consequência política do desaparecimento gradual do comércio e do conseguinte crescimento da economia natural.
	<u>02. O ESTADO NACIONAL E A POLÍTICA ECONÔMICA</u>
P. 65 - História Humana	A história humana conhece a vitória de tipos humanos evoluídos e a extinção de expressões mais elevadas de vida espiritual e moral, quando a comunidade que era sua portadora perder a capacidade adaptativa em relação as suas condições de vida, seja devido à sua organização social, seja pelas suas qualidades raciais.
Pg. 67 - Paz	A luta econômica entre as nacionalidades também segue o seu curso sob a aparência da “paz” (...).
Pg. 67 -	Não há <i>paz</i> também na <i>luta</i> econômica pela existência.
Pg. 68 - Economia Política	(...) ciência do homem, como é a Economia Política, pergunta antes de mais nada sobre a <i>qualidade dos homens</i> que são criados por essas condições de existência econômicas e sociais.
Pg. 68 - Ideais terrenos	(...) os nossos ideais terrenos mais sublimes são mutáveis e transitórios. Não podemos tentar impô-los ao futuro. Mas podemos querer que ele reconheça no nosso modo de ser a figura <i>dos seus próprios antepassados</i> . Nós, como nosso trabalho e nosso ser, queremos ser os antepassados da humanidade futura.
Pg. 69 - Aperfeiçoar	Não é a paz e a felicidade que devemos legar aos vindouros mas sim a <i>eterna luta</i> pela manutenção e aperfeiçoamento do nosso modo de ser nacional.
Pg. 69 - Poder	Os processos de desenvolvimento econômico são também em última instância lutas de <i>poder</i> .
Pg. 70 - Ilusão Ciência	Percebe-se a ilusão de óptica que leva a conceber ideais econômicos ou sócio-políticos independentes quando procuramos trazer à luz esses fundamentos “próprios” da avaliação com base na literatura de nossa ciência.
P. 72 - História	Com demasiada facilidade o historiador é dominado pela idéia de que a vitória dos elementos mais evoluídos seja evidente e que a derrota na luta pela existência seja sintoma de “atraso”.
Pg. 73 - Superestrutura ? Estado Nação Elite dominante	Nos grandes momentos, no caso de guerra, também elas ficam sensibilizadas pela importância do poder nacional. Então fica demonstrado que o Estado nacional também repousa em bases psicológicas profundas entre as amplas camadas economicamente dominadas da nação e de modo algum é apenas uma “superestrutura”, a organização da classe economicamente dominante.
Pg. 73 - Poder político	Em todas as épocas, <i>atingir o poder econômico</i> foi o que permitiu a uma classe conceber-se como candidata ao poder político.

	03. <u>A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.</u>
Pg. 81 - Economicam. condicionadas	Tanto os acontecimentos da vida quotidiana como os fenômenos “históricos” de alta política, tanto os fenômenos coletivos ou de massa como as ações “individuais” dos estadistas ou as realizações literárias e artísticas, sofrem a sua influência: são “economicamente condicionadas”.
Pg. 83 - Trabalho cient.	O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas” mas as conexões conceituais ente os problemas.
Pg. 84 - Concepção Materialista	(…) “concepção materialista da História”, (…) a sua necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita, enquanto não se demonstre a intervenção de causas econômicas.
Pg. 85 -	É hoje opinião corrente que, “em última análise”, o decurso histórico não seria mais que a resultante de rivalidade de “qualidades raciais” inatas.
Pg. 86 -	Em nenhum domínio dos fenômenos culturais pode a redução unicamente a causas econômicas ser exaustiva, mesmo no caso específico dos fenômenos econômicos.
Pg. 88 - Conhecimento Reflexivo.	(…), todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um <i>fragmento</i> limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido”.
Pg. 93 - Fato Histórico	Mas o que nos interessa é a tarefa de analisar a <i>significação cultural</i> do fato histórico (...). Aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é significativo na sua especificidade.
Pg. 94 - Significação Geral	(…) só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma <i>significação geral para a cultura</i> , merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto da explicação causal.
Pg. 95 - Compreensão	E quanto mais “gerais”, isto é, abstrato, são as leis, menos contribuem para as necessidades da imputação causal dos fenômenos <i>individuais</i> e, indiretamente, para a compreensão da significação dos acontecimentos culturais.
Pg. 96 -	Para as ciências exatas da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto <i>mais geral</i> é a sua validade.
Pg. 96 -	No campo das ciências da cultura, o conhecimento geral nunca tem valor por si próprio.
Pg. 97 - Ciência da Cultura	A premissa transcendental de qualquer “ <i>ciência da cultura</i> ” reside, não no fato de considerarmos <i>valiosa</i> uma “ <i>cultura</i> ” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma <i>posição</i> consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um sentido.
Pg. 97 -	Disso resulta que todo o conhecimento da realidade é cultural é sempre um conhecimento subordinado a <i>pontos de vista</i> especificamente <i>particulares</i> .
Pg. 98 - Valor	(…) essa concepção do trabalho científico cultural que constitui a base de tão repetida afirmação de que o elemento “pessoal” é que verdadeiramente confere valor a uma obra

Científico	científica.
Pg. 98 - Conhecimento Científico.	O conhecimento científico-cultural tal como o entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma significação cultural.
Pg. 99 –	(...) queremos não só constatar a atividade humana, como também compreendê-la.
Pg. 100 -	(...) apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto de estudo e os limites desse estudo.
Pg. 100 – Verdade científ.	(...) só é uma verdade científica aquilo que <i>pretende ser válido</i> para todos os que <i>querem</i> a verdade.
Pg. 100 - Problemas culturais	O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e sob um aspecto diferente (...).
Pg. 101 - Ciências da Natureza	(...) nas disciplinas das ciências da natureza, a perspectiva prática de valor relativa ao que é útil tecnicamente (...) pelo caminho generalizador da abstração (...), seria possível chegar a um conhecimento puramente “objetivo”. (...) desligado de todos os valores (...) absolutamente racional (...).
Pg. 104 – Conduta Humana	O que nos interessa na conduta do homem, dentro do âmbito das suas relações sociais, é especificamente particularizado segundo a significação cultural específica da relação em causa.
Pg. 106 – Economia Urbana	<i>Não</i> é pelo estabelecimento de uma <i>média</i> dos princípios econômicos que realmente existiriam em todas as cidades examinadas, mas antes, pela construção de um <i>tipo ideal</i> , que neste último caso se forma o conceito de “economia urbana”.
Pg. 106 - Tipo Ideal	Obtém-se um tipo ideal mediante a <i>acentuação</i> unilateral <i>de um ou vários</i> pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos <i>isoladamente</i> dados, difusos e discretos (...) que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo <i>de pensamento</i> .
Pg. 108 –	Portanto, a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como <i>meio</i> de conhecimento.
Pg. 108 – Clareamento Dos conceitos	Mas quanto mais clara consciência se pretende Ter do caráter significativo de um fenômeno cultural, tanto mais imperiosa se torna a necessidade de trabalhar com conceitos claros, que não tenham sido determinados segundo um só aspecto particular mas segundo todos.
Pg. 109 – Conceitos	Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa <i>imaginação</i> , formada e orientada segundo a realidade <i>julga</i> adequados.
Pg. 110 -	Nada há decerto de mais perigoso que a <i>confusão</i> entre a teoria e história, nascida dos preconceitos naturalistas.

Pg. 111 – Idéias de uma época	As “idéias” que dominaram os homens de uma época, isto é, os que neles atuaram de forma difusa, só poderão ser compreendidas, sempre que formem um quadro de pensamento complicado, com rigor conceitual, <i>sob a forma de um tipo ideal</i> , pois empiricamente elas habitam as mentes de uma quantidade indeterminada e mutável de indivíduos, nos quais estavam expostos aos mais diversos matizes, segundo a forma e o conteúdo, a clareza e o sentido.
Pg. 114 – Autocontrole Científico.	(...) <i>um dever elementar do autocontrole científico</i> , único meio suscetível de evitar surpresas, que nos convida a realizar uma distinção estrita entre a relação que <i>compara</i> a realidade com <i>tipos</i> ideais sem sentido lógico, e a <i>apreciação avaliadora</i> dessa realidade a partir de ideais.
Pg. 116 –	Quanto mais se trata de <i>classificações</i> de processos que se manifestam na realidade de uma forma maciça, tanto mais se trata de conceitos genéricos.
Pg. 116 – Especificidade Fenôm. Cultural	(...) a finalidade da formação de conceitos de tipo ideal consiste sempre em tomar rigorosamente consciência <i>não</i> do que é genérico, mas muito pelo contrário, do que é <i>específico</i> a fenômenos culturais.
Pg. 120 – Infinita riqueza	(...) nenhum desses sistemas de pensamento que são imprescindíveis para a compreensão dos elementos significativos a realidade pode esgotar a sua infinita riqueza. (...) tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito do nosso <i>interesse</i> (...).
Pg. 121 - Progresso do Trab. Cientif.	(...) o progresso do trabalho científico no domínio cultural, o seu resultado é um constante processo de transformação dos conceitos através dos quais tentamos aprender a realidade.
Pg. 123 –	Qualquer descrição meramente intuitiva faz-se acompanhar do fenômeno particular da importância assumida pelo enunciado <i>estético</i> : “cada um vê o que tem no coração”.
Pg. 123 –	São sobretudo os conceitos <i>coletivos</i> , tomados à linguagem cotidiana, os que provocam mais danos.
Pg. 125 – Perigo dos Conceitos coletivos	A utilização de conceitos <i>coletivos</i> não diferenciados, com os quais trabalha a linguagem cotidiana, oculta sempre confusões do pensamento ou da vontade, muitas vezes é o instrumento de perigosas ilusões, e sempre é um meio de inibir o desenvolvimento do enunciado correto dos problemas.
Pg. 126 –	(...) a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza.
Pg. 126 – irracionalidade da vida	A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de significações <i>possíveis</i> são inesgotáveis, e também, a <i>configuração</i> concreta das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida as variações do obscuro futuro da cultura humana.
	04. <u>OS TRÊS TIPOS DE DOMINAÇÃO LEGÍTIMA</u>
	* Dominação legal e dominação tradicional
Pg. 128 –	Nas relações entre dominantes e dominados (...), a dominação costuma apoiar-se internamente em <i>bases jurídicas</i> , nas quais se funda a sua “legitimidade” (...).

Pg. 132 –	(...) o domínio é tratado como um direito corrente do exercício do senhor.
Pg. 133 – Dominação patriarcal	A dominação patriarcal não é senão o tipo mais puro da dominação tradicional. (...). E efetivamente , a associação doméstica constitui um célula reprodutora das relações tradicionais de domínio.
Pg. 133 – Dominação Tradicional	A falta de direito formal, que é de importância decisiva, e sua substituição pelo predomínio do princípios materiais na administração e na conciliação de litígios é também comum a todos as formas de dominação tradicional e têm conseqüências de amplo alcance, em particular no que diz respeito a relação com a economia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Dominação carismática
Pg. 134 – Carisma	<i>Dominação carismática</i> em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória.
Pg. 135 –	A associação dominante é o caráter comunitário (...) . O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o “apóstolo”.
Pg. 135 – Exercício carismático	A forma genuína da jurisdição e a conciliação de litígio carismático é a proclamação da sentença pelo senhor ou pelo “sábio” e sua aceitação pela comunidade a esta sentença é obrigatória, sempre que não se lhe oponha outra corrente de caráter também carismático.
Pg. 136 –	(...) a dominação carismática dos profetas e dos príncipes guerreiros estende-se sobre os homens, em todas as épocas, através dos séculos.
Pg. 136 –	(...) a autoridade carismática é uma das grandes forças revolucionárias da história, porém em sua forma totalmente pura têm caráter autoritário e dominador.
	<p>05. <u>RELIGIÃO E RACIONALIDADE ECONÔMICA</u></p> <p>5.1. <u>O caráter geral das religiões asiáticas</u></p>
Pg. 144 – Visão de mundo	A Ásia, e isso significa por sua vez a Índia, é o local típico do empenho intelectual em busca de “visão de mundo”, nesse sentido autêntico do termo: de busca de um “sentido” da vida no mundo.
Pg. 144 – Formas de dominação	Aquele “Aprendizado” e esse “conhecimento” do que se há de saber não constituem em absoluto, uma oferta e apreensão de conhecimentos empírico-científicos que possibilitem o domínio racional da natureza e dos homens, como no Ocidente. São meios de domínio mágico e místico sobre si próprio (...).
Pg. 148 – Submissão ao salvador vivo	A submissão ao “salvador vivo” foi o tipo característico da piedade asiática. Ao lado da persistência da magia em geral e do poder de parentela, essa continuidade do carisma na sua acepção mais antiga, como poder puramente mágico, constitui o traço típico da ordem social asiática.
Pg. 148 – Fora das coisas desse mundo	(...) o homem cultivado hinduísta ou budista, ortodoxo ou heterodoxo, encontrava seus verdadeiros interesses totalmente fora das coisas desse mundo: na busca da salvação

Pg. 150 –	<p>mística, e atemporal da alma e do escape do mecanismo sem sentido da “roda” a existência (...).</p> <p>(...) a teocracia dos gurus era tão absoluta que não se poderia cogitar de associações político-seculares na camada intelectual, que era formada por monges.</p>
	<p>5.2. <u>Confucionismo e Puritanismo</u></p>
Pg. 152 –	<p>(...) o grau de desvalorização religiosa do mundo não é idêntico ao grau da sua rejeição prática.</p>
Pg. 153-	<p>A grande realização das religiões éticas, principalmente das seitas éticas e ascéticas do protestantismo, foi o rompimento dos laços de parentesco, a constituição da supremacia da comunidade de conduta de vida baseada na crença e na <i>ética</i> diante da comunidade <i>de sangue</i> e em grande medida mesmo da família.</p>
Pg. 156 –	<p>A ética confuciana valorizava as relações pessoais, a puritana as desvalorizava.</p>
Pg. 157 – Para viver de maneira virtuosa	<p>Para o confuciano a riqueza era, conforme ensina explicitamente uma frase do fundador de sua doutrina, o meio mais importante para poder viver de maneira virtuosa, vale dizer digna, e dedicar-se ao aperfeiçoamento pessoal. A resposta à questão de como melhorar os homens era portanto: “enriquecendo-os”.</p>
Pg. 158 – Confucionismo Puritanismo	<p>O racionalismo confuciano significava adaptação racional do mundo. O racionalismo puritano significava dominação racional do mundo.</p>
Pg. 158 – Confucionismo E Cristianismo	<p>Nada repugna tanto o ideal aristocrático confuciano quanto a idéia de “vocação”. O homem “nobre” era valor estético e por isso <i>também não</i> “instrumento” de um Deus. O cristão genuíno (...) não queria ser outra coisa senão precisamente isso. Pois é exatamente nisso que ele procurava a sua dignidade. e porque ele queria ser isso ele era um instrumento útil para transformar e dominar racionalmente o mundo</p> <p style="text-align: center;">FIM.</p>